

## Esclarecimento das obrigações previstas na nova lei da segurança contra incêndios e apelo à criação de uma plataforma de recurso *online*Chan Chi Weng 1/9/2022

Desde a entrada em vigor do "Regime jurídico da segurança contra incêndios em edifícios e recintos", a 17 de Agosto, problemas como o bloqueio ou ocupação de algumas saídas de emergência foram melhorados com a inspecção activa do Corpo de Bombeiros e a colaboração do pessoal de administração predial e dos residentes, com resultados positivos. No entanto, durante as duas semanas após a entrada em vigor da lei, foram recebidas queixas e pedidos de consulta, tanto do pessoal de administração predial quanto dos moradores de diferentes edifícios, dado que existem disputas em relação à definição de obrigações gerais e infracções administrativas na nova lei da segurança contra incêndios, incluindo a definição de vias comuns horizontais e verticais "desimpedidas" e "bloqueadas" em caminhos de evacuação, o que levou a um aumento de conflitos entre o pessoal de administração predial e os residentes. Além disso, há também queixas por parte dos moradores sobre a falta de atenção a alguns casos de bloqueio óbvio de corredores por objectos fixos.

Espera-se que os departamentos competentes façam o devido esclarecimento e a devida divulgação em resposta às necessidades dos residentes, pelo que sugiro:

- 1. Os problemas nas vias horizontais públicas preocupam mais os residentes, pelo que se sugere que as autoridades competentes ponderem fazer registos durante a inspecção extensiva de todos os edifícios de Macau e, ao mesmo tempo, recolher opiniões do pessoal de administração predial, com vista a resumir infrações gerais com base nas situações mais comuns e apresentá-las em forma de imagens, para que os moradores tenham uma compreensão clara, evitando conflitos desnecessários.
- 2. Tomando como referência serviços e resultados do IAM em Contacto, é recomendável criar uma plataforma *online* que permita ao público denunciar infrações administrativas observadas dentro dos edifícios, respondendo também aos moradores sobre se existem infrações administrativas no seu comportamento. Assim, pode-se melhorar em conjunto a segurança contra incêndios em Macau e promover a participação e a compreensão dos residentes sobre a segurança contra incêndios.